26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

ESPELHOS QUEBRADOS: OS DISCURSOS DESINFORMATIVOS NA AMAZÔNIA

BROKEN MIRRORS: *MISINFORMATION DISCOURSES IN THE AMAZON*

Carla Gisely Furtado Matos – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Danielly Oliveira Inomata – Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A desinformação climática sobre a Amazônia não ocorre por acaso, pois está ligada a discursos históricos que tentaram fragmentar e comercializar a região para atender a interesses políticos e econômicos. O objetivo deste trabalho é discutir esses discursos desinformativos com base nas dez dimensões de representação do território propostas por Carlos Walter Porto Gonçalves, associando esta análise ao debate atual sobre a emergência climática. A pesquisa é de natureza básica e qualitativa, utilizando o procedimento da pesquisa bibliográfica e da análise interpretativa. Os resultados apontam que narrativas falsas estruturadas, como a ideia de vazio demográfico ou de floresta apenas como reserva de recursos, servem para apagar os sujeitos locais. Diante disso, a confluência de saberes surge como uma resposta para desarmar estes discursos coloniais. Conclui-se que o enfrentamento à desinformação exige ir além da checagem, demandando a descolonização do pensamento e a valorização dos povos tradicionais como sujeitos políticos legítimos.

Palavras-chave: Desinformação climática; diálogo de saberes; Amazônia.

Abstract: Climate-related disinformation regarding the Amazon does not occur by chance; it is linked to historical discourses that sought to fragment and commercialize the region to serve political and economic interests. This study aims to discuss these disinformation-laden discourses based on the ten dimensions of territorial representation proposed by Carlos Walter Porto Gonçalves, linking this analysis to the current debate on the climate emergency. The research is basic and qualitative in nature, employing bibliographic research and interpretive analysis. The results indicate that structured false narratives—such as the notion of a demographic void or the view of the forest merely as a resource reserve—serve to erase local actors. In this context, the confluence of knowledge systems emerges as a response to dismantle these colonial discourses. The study concludes that combating disinformation requires going beyond fact-checking; it demands the decolonization of thought and the recognition of traditional peoples as legitimate political actors.

Keywords: Climate misinformation; dialogue of knowledges; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A desinformação, enquanto fenômeno informacional, não constitui uma manifestação recente, embora sua circulação tenha adquirido novas dimensões com a ampliação das redes sociais e das plataformas digitais (Almeida; Silva; Inomata, 2023). Conteúdos descontextualizados, manipulados, enviesados, estereotipados ou exagerados podem interferir na construção do conhecimento e na maneira como determinados fenômenos e grupos sociais são percebidos (Brisola; Bezerra, 2018). No caso da Amazônia, esse fenômeno assume características particulares, uma vez que as representações sobre a região foram historicamente construídas a partir de diferentes interesses políticos, econômicos e simbólicos.

A Amazônia não é, portanto, representada apenas a partir de suas características naturais, mas também por meio de discursos que, ao longo do tempo, produziram imagens de uma região exótica, desconhecida, vazia, atrasada, abundante em recursos ou destinada à exploração e à conservação. Essas representações não são neutras, pois participam da construção de sentidos sobre o território e sobre os sujeitos que nele vivem. Conforme Loureiro (1985, 2009, 2012, 2023) e Gonçalves (2008), diferentes projetos de ocupação e desenvolvimento contribuíram para a consolidação de visões externas e reducionistas acerca da região.

No contexto contemporâneo, essas construções históricas também podem se relacionar à produção e à circulação de discursos desinformativos, inclusive aqueles associados às mudanças climáticas. O relatório Amazônia Livre de Fake, do Intervozes (2024), mostra que a região constitui um espaço marcado pela desinformação e por disputas de narrativas.

É nesse contexto que a obra Amazônia, Amazônias, de Carlos Walter Porto Gonçalves (2008), pode nos ajudar a compreender esses discursos. Ao discutir diferentes formas pelas quais a Amazônia foi representada e apropriada historicamente. A problemática da desinformação climática, exige reflexões que permitam compreender como esse fenômeno infocomunicacional acontece, sob este argumento considera a referida obra como possibilidade crítica para emergir contribuições para compreender os fundamentos dos discursos desinformativos historicamente construídos sobre a Amazônia.

Desse modo, a pesquisa tem como objetivo discutir a desinformação sobre a

Amazônia, tomando como base a leitura interpretativa da obra Amazônia, Amazônias, de Carlos Walter Porto Gonçalves (2008), a fim de compreender os fundamentos de parte dos discursos que historicamente desinformam sobre a região. Para ampliar essa discussão, o estudo também estabelece diálogo com autores que abordam a relação entre natureza, território, saberes tradicionais, racionalidade ambiental e confluência de saberes, aproximando essas perspectivas do debate contemporâneo sobre a desinformação climática.

2 OS OLHARES SOBRE A AMAZÔNIA

A Amazônia é um território de grandes dimensões e de ampla diversidade cultural, constituído por diferentes povos, culturas, saberes e modos de vida. Sua compreensão ultrapassa as características físicas da região, uma vez que o território também é formado pelas experiências, práticas e relações estabelecidas pelos grupos que nele vivem. Paes Loureiro (2000) chama atenção para a pluralidade que caracteriza a Amazônia e para os diferentes olhares lançados sobre seus espaços, que passam a ser vivenciados e significados de maneiras distintas.

Essa diversidade está relacionada a uma trajetória histórica marcada por processos de ocupação, transformação territorial e exploração econômica. Loureiro (1985, 2009, 2012, 2023) percorre diferentes momentos dessa trajetória, relacionando-os aos projetos de desenvolvimento, à exploração econômica, à ocupação territorial e às desigualdades sociais presentes na região. A história amazônica, portanto, envolve diferentes agentes, interesses e formas de apropriação do território, que participam da construção das imagens produzidas sobre a região.

Os processos históricos de ocupação também contribuíram para a formação de diferentes representações acerca da Amazônia. Gonçalves (2008) discute a região a partir das imagens e interpretações construídas ao longo do tempo, considerando suas dimensões políticas, econômicas, sociais e simbólicas. A Amazônia passa, assim, a ser compreendida a partir de diferentes perspectivas, que podem atribuir ao território sentidos relacionados à natureza, ao desenvolvimento, à exploração, à ocupação, à soberania e às populações que residem nela.

A formação da sociedade amazônica acrescenta outras dimensões a esse conjunto de olhares. Benchimol (2013) aborda os diferentes grupos que participaram da constituição da sociedade regional, considerando seus conhecimentos, costumes, práticas e experiências. A

região, nesse sentido, não se constitui apenas por suas características naturais ou pelos processos econômicos que nela ocorreram, mas também pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e o território ao longo de diferentes períodos.

É nesse conjunto de relações que se formam imagens diversas da Amazônia, algumas produzidas pelos próprios sujeitos que habitam o território e outras construídas a partir de perspectivas externas.

2.1 NATUREZA, RACIONALIDADE E SABERES

A relação entre sociedade e natureza constitui uma das dimensões que atravessam as diferentes formas de viver e interpretar a Amazônia. As maneiras pelas quais a natureza é compreendida não são universais, pois estão relacionadas às experiências, às formas de organização social e às racionalidades desenvolvidas em diferentes contextos. Por isso, pensar a Amazônia também envolve considerar as relações estabelecidas entre os sujeitos e o ambiente no qual constroem seus modos de vida.

Na racionalidade moderna, a natureza foi progressivamente associada à condição de recurso e à sua utilização nos processos produtivos. Leff (2006) problematiza essa racionalidade ao discutir a apropriação econômica da natureza e os modelos de desenvolvimento orientados por sua exploração. Marx (2010), ao tratar da relação entre trabalho, natureza e produção, chama atenção para a dependência existente entre a atividade humana e o mundo natural, “[...] o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível e quanto mais ele se apropria desta natureza, mais ele se priva da sua própria vida” (Marx, 2010, p. 81).

A passagem permite observar que a natureza não se encontra separada da existência humana. A relação entre os sujeitos e o mundo natural também participa das condições de produção e reprodução da vida. No capitalismo, entretanto, essa relação pode ser atravessada por processos de apropriação e mercantilização, nos quais elementos naturais passam a ser considerados a partir de seu valor econômico.

Entre os povos indígenas, encontram-se formas distintas de compreender essa relação. Kopenawa e Albert (2015) apresentam uma concepção na qual a floresta não se limita a um espaço físico ou a um conjunto de recursos disponíveis para exploração. Ela está relacionada à existência, aos conhecimentos, às práticas e às relações estabelecidas pelos povos que nela vivem. Ao discutir a lógica de apropriação da floresta pelos brancos, os autores

afirmam “[...] foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 407).

A crítica à transformação da natureza em mercadoria se relaciona a uma concepção na qual floresta e vida não aparecem como elementos separados. Essa perspectiva também está presente quando dizem que: “[...] vocês destroem a floresta, pensando que está vazia, mas não está” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 338).

A afirmação crítica a ideia de uma natureza vazia ou exterior aos sujeitos. A floresta é apresentada como espaço habitado, vivido e constituído por relações. Nessa perspectiva, a natureza participa da própria existência dos sujeitos e dos conhecimentos construídos em suas experiências com o território.

A diferença entre essas formas de compreender a natureza também se relaciona às diferentes maneiras de produzir conhecimento. Lévi-Strauss (1989) reconhece a existência de estratégias distintas de pensamento ao afirmar essas duas formas de conhecimento (cultura científica e saberes da tradição) que se pautam por distintas estratégias de pensamento: uma mais próxima da lógica do sensível, outra mais distante dela.

Na mesma direção, Almeida (2017, p. 85) ressalta que “[...]os saberes da tradição não devem ser entendidos nem reduzidos a um ensaio ou a um estágio anterior da explicação científica [...]”, pois constituem “[...] compreensões com base em métodos sistemáticos, experiências controladas e sistematizações reorganizadas de forma contínua” (Almeida, 2017, p. 64). Ao enfatizar que esses saberes são uma ciência plural, Almeida (2017) sublinha sua força em articular o saber e o fazer, sustentando práticas concretas de manejo e convivência com o ecossistema. Morin (2008) complementa que a ciência e os saberes tradicionais precisam andar juntos.

Mesmo emancipada do controle divino e da filosofia, a ciência ainda conserva noções oriundas de saberes anteriores. Nessa perspectiva Bachelard (1996), diz que a ciência deve enfrentar seus próprios “obstáculos epistemológicos”, verdadeiras barreiras que o cientista luta constantemente para ultrapassar. Como lembra Almeida (2017, p. 144), superar esses limites implica construir uma ecologia dos saberes “aberta ao diálogo e à compreensão por uma comunidade maior e diversa”.

A separação entre natureza e cultura, por exemplo, não faz parte dos modelos de pensar de populações que vivem em forte simbiose com o ecossistema (Almeida, 2017). Paes Loureiro (2000, p. 15–99) propõe, nesse sentido, um “caminho do meio”, uma “metodologia

pendular entre o documento (o científico e extra-estético) e a emoção (o estético) [...] uma relação estatizadora tão dominante que, muitas vezes, se converte numa ética de relações sociais". Ao refletir sobre a Amazônia, Loureiro (1985, p. 140) mostra que, simultaneamente à acumulação de capital, expande-se também a miséria e consome-se as utopias sociais dos grupos humanos subordinados. Essa contradição mostra que a pobreza não decorre da relação dos homens com a natureza, mas das relações transformadas dos homens entre si (Loureiro, 1985, p. 142).

Na Amazônia, os conhecimentos produzidos pelas populações que vivem na região estão relacionados às experiências acumuladas em seus modos de vida. Benchimol (2013) contribui para essa compreensão ao abordar a formação histórica e cultural da sociedade amazônica e os conhecimentos desenvolvidos por seus diferentes grupos.

Reconhecer essa pluralidade permite deslocar a compreensão da Amazônia de uma perspectiva centrada exclusivamente em sua dimensão física. A natureza, os sujeitos, os modos de vida e os conhecimentos estão relacionados e participam da construção dos sentidos atribuídos ao território. As diferentes racionalidades presentes nessa relação também ajudam a compreender por que uma mesma floresta pode assumir significados distintos conforme o grupo, a experiência e a forma de vida a partir dos quais é observada.

2.2 DESINFORMAÇÃO E CONFLUÊNCIA DE SABERES

A multiplicidade de olhares, racionalidades e conhecimentos que atravessa a Amazônia também está relacionada às formas pelas quais informações e representações sobre a região são produzidas e circulam. Nesse contexto, a desinformação não deve ser observada somente pela existência de conteúdos falsos, mas também pelas formas de produção, circulação e apropriação de informações que podem reforçar representações simplificadas ou distorcidas da realidade.

Brisola e Bezerra (2018) discutem a desinformação considerando diferentes formas de produção e disseminação de conteúdos, entre elas informações descontextualizadas, enviesadas ou manipuladas. Almeida, Silva e Inomata (2023), por sua vez, relacionam o fenômeno aos processos de circulação informacional mediados pelas tecnologias e pelas mídias. As redes sociais ampliam a velocidade e o alcance da circulação de conteúdos, mas os discursos que circulam nesses espaços não necessariamente são produzidos neles. No caso

amazônico, muitas representações possuem uma trajetória histórica anterior às tecnologias digitais.

Essa questão torna-se particularmente relevante diante da diversidade apresentada nas seções anteriores. Se a Amazônia é constituída por diferentes sujeitos, modos de vida, conhecimentos e relações com a natureza, as representações produzidas sobre ela podem tanto contemplar essa diversidade quanto reduzi-la a determinadas imagens. A desinformação pode participar desse processo quando determinados discursos são retirados de seus contextos, simplificados ou apresentados como se correspondesse à totalidade da realidade amazônica.

Nesse sentido, a discussão sobre desinformação também envolve a maneira como diferentes conhecimentos são reconhecidos e legitimados. A existência de conhecimentos científicos e saberes da tradição coloca em questão uma hierarquização que considera apenas uma forma de produção do conhecimento como legítima. Almeida (2017, p. 151) propõe, nesse sentido:

> [...] uma ecologia dos conhecimentos requer também, e, sobretudo, promover a aproximação e o diálogo entre os saberes científicos e os saberes da tradição nos níveis que forem possíveis — nas experiências de observação dos fenômenos, na discussão de concepções ou quaisquer outros.

O diálogo, contudo, não significa eliminar as diferenças entre os conhecimentos. Leff (2012) compreende o saber ambiental a partir do encontro entre diferentes racionalidades, destacando que:

> O diálogo de saberes ao qual convoca a complexidade ambiental não é um relaxamento do regime disciplinar na ordem do conhecimento para dar lugar à aliança de lógicas antinómicas o a um jogo indiferenciado de linguagens; à produção democrática ou ao consumo massificado de conhecimentos; ou a urna personalização subjetiva e individualizada do conhecimento, capazes de coabitar com suas contradições. O saber ambiental forja-se no encontro (enfrentamento, entrecruzamento, hibridação, complementação e antagonismo) de saberes diferenciados por matrizes de racionalidade-identidade-sentido que respondem a estratégias de poder pela apropriação do mundo e da natureza (Leff, 2012, p. 185).

A perspectiva de Leff (2012) possibilita compreender que o encontro entre conhecimentos envolve também diferenças, tensões e relações de poder. Não se trata, portanto, de produzir uma visão única a partir da soma de diferentes perspectivas, mas de reconhecer que a interpretação da realidade pode ser ampliada quando diferentes formas de conhecimento entram em relação.

Essa compreensão aproxima-se da noção de confluência desenvolvida por Bispo dos Santos (2023, p. 4-5):

> [...] um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.

A confluência/diálogo, nessa perspectiva, não pressupõe o desaparecimento das diferenças, mas a possibilidade de produzir relações entre conhecimentos, experiências e formas distintas de interpretar o mundo. Para a discussão da Amazônia, essa perspectiva considera que os saberes produzidos pelos sujeitos que vivem no território não devem ser afastados das interpretações sobre a própria região.

Assim, a discussão da desinformação pode ser ampliada para além da identificação de conteúdos falsos. Envolve também observar quais representações são reproduzidas, quais sujeitos participam da produção dos discursos, quais conhecimentos são reconhecidos e quais perspectivas podem permanecer invisibilizadas. O diálogo e a confluência entre diferentes saberes constituem, nesse contexto, uma possibilidade de ampliar as formas de interpretar a Amazônia e de tensionar representações que reduzam a complexidade de seus territórios, sujeitos e modos de vida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como básica, quanto aos objetivos é de caráter explicativa, de abordagem qualitativa, bibliográfica, tendo como base a discussão da obra Amazônia, Amazônias de Carlos Walter Porto Gonçalves (2008), escolhida por apresentar uma leitura crítica sobre as diferentes representações construídas historicamente sobre a Amazônia e por reunir dimensões que auxiliam na compreensão de discursos que ainda hoje atravessam a região. A condução da pesquisa ocorreu por meio de leitura interpretativa da obra, conforme os pressupostos de Gil (2017), buscando identificar os principais argumentos relacionados às representações da Amazônia, aos interesses políticos e econômicos presentes em sua construção discursiva e às implicações dessas narrativas para a compreensão contemporânea da região. A análise concentrou-se especialmente nas dez dimensões apresentadas por Gonçalves (2008), no primeiro capítulo do livro, que foram examinadas à luz do debate sobre desinformação.

Embora o livro Amazônia, Amazônias (Gonçalves, 2008) constitua o ponto de partida da investigação, a análise foi complementada pelo diálogo com outros autores que possibilitaram ampliar a discussão. A escolha desses autores deu-se tanto pela relevância e

contribuição de suas reflexões para os temas abordados neste estudo quanto pelo fato de muitos deles serem mencionados e mobilizados pelo próprio Gonçalves (2008) em sua obra.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura interpretativa de Amazônia, Amazônias, de Gonçalves (2008), permitiu identificar um conjunto de representações históricas que oferece base para compreender como determinadas narrativas sobre a Amazônia são construídas e permanecem em circulação. Embora a obra não tenha sido produzida especificamente para tratar da desinformação, as formas de representação discutidas pelo autor ajudam a reconhecer discursos que simplificam a região, descontextualizam seus processos históricos ou atribuem ao território funções definidas a partir de interesses externos. Nesse sentido, a contribuição de Gonçalves (2008) pode ser aproximada do debate contemporâneo sobre desinformação porque fornece elementos para interpretar e também categorizar narrativas que, em diferentes contextos, produzem compreensões parciais ou distorcidas sobre a Amazônia.

Essa possibilidade de leitura se organiza, na obra, a partir de dez dimensões, como podemos visualizar na Figura 1.

Figura 1 – Dez dimensões da desinformação sobre a Amazônia conforme Gonçalves (2008)



Fonte: elaboração própria (2026).

A dimensão da "invenção da Amazônia" constitui um primeiro ponto dessa leitura. Gonçalves (2008) possibilita perceber que a própria ideia de Amazônia foi sendo formada historicamente por diferentes sujeitos e interesses. Imagens relacionadas ao desconhecido,

ao exótico, à grandeza territorial e a uma natureza pouco explorada passaram a participar da maneira como a região foi percebida. Esse processo se aproxima dos diferentes olhares discutidos por Paes Loureiro (2000), uma vez que a Amazônia não é apreendida de uma única perspectiva. O problema se estabelece quando um desses olhares passa a ser apresentado como representação total do território, reduzindo sua diversidade a uma imagem generalizada.

Essa construção se articula à "Amazônia como natureza imaginária". Nessa dimensão, a floresta pode aparecer como natureza exuberante, selvagem, intocada ou separada da presença humana. Tal representação produz uma ruptura entre natureza e sociedade que não corresponde às formas de vida de muitas populações amazônicas. A concepção apresentada por Kopenawa e Albert (2015), em que a floresta, a existência, o conhecimento e o território permanecem ligados, oportuna tensionar essa separação. A Amazônia, nesse caso, não se resume apenas a uma paisagem natural e passa a ser compreendida também pelas relações construídas pelos sujeitos que nela vivem. Quando essas relações desaparecem do discurso, a imagem da floresta pode permanecer enquanto seus habitantes são colocados em segundo plano.

A ideia de uma região definida por olhares externos também aparece na dimensão da "Amazônia como região periférica". A leitura de Gonçalves (2008), em diálogo com Loureiro (1985, 2009, 2012, 2023), compreende que essa condição não decorre de uma suposta incapacidade natural da região, mas de processos políticos e econômicos que marcaram sua ocupação e sua inserção em projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, narrativas que apresentam a Amazônia simplesmente como pobre, dependente ou incapaz de se desenvolver deslocam a atenção das condições históricas que produziram essas desigualdades. É justamente nessa redução de processos complexos a explicações simplificadas que determinadas representações podem adquirir caráter desinformativo.

A dimensão da "Amazônia como questão nacional" acrescenta a soberania, a segurança e a integração territorial a esse conjunto de representações. Em diferentes períodos, a ocupação da região foi apresentada como condição para integrá-la ao restante do país. Contudo, como também demonstra Loureiro (1985, 2009), esses projetos não estiveram separados da expansão de interesses econômicos e da exploração dos recursos naturais. A ideia de integração pode, portanto, apresentar-se como discurso de desenvolvimento e proteção nacional enquanto encobre conflitos relacionados à apropriação do território. Nesse

caso, a desinformação não depende necessariamente de uma falsidade explícita, mas pode ocorrer pela seleção de apenas uma parte do processo e pelo apagamento das demais relações envolvidas.

Essa mesma lógica de apagamento torna-se mais visível na dimensão da "Amazônia como vazio demográfico". A representação de um território vazio desconsidera a presença histórica de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outras populações que desenvolveram formas próprias de organização, conhecimento e relação com a natureza. Benchimol (2013) contribui para compreender a formação social e cultural da região justamente pela diversidade de sujeitos que participaram desse processo. Da mesma maneira, a perspectiva de Kopenawa e Albert (2015) rompe com a ideia de uma floresta desabitada. Assim, o "vazio" não precisa ser compreendido literalmente como ausência de pessoas, mas como uma construção discursiva capaz de tornar determinadas populações menos visíveis.

A noção de vazio aproxima-se diretamente da "Amazônia como reserva de recursos". Se o território é concebido como pouco ocupado ou disponível, seus elementos naturais também podem ser representados como recursos à espera de apropriação. Essa dimensão coloca em primeiro plano uma racionalidade econômica da natureza, questão problematizada por Leff (2006) e também presente na discussão de Marx (2010) sobre natureza, trabalho e produção. A floresta passa a ser valorizada principalmente pelo que pode oferecer economicamente, enquanto outras formas de relação com o território tendem a perder espaço. Nesse ponto, a leitura de Gonçalves (2008) entende que a representação da Amazônia como estoque de recursos não constitui uma descrição econômica, mas sim expressa uma maneira particular de compreender a natureza e de definir sua função.

A consequência territorial dessa racionalidade aparece na dimensão da "Amazônia dos conflitos pela terra". A exploração de recursos, a expansão de atividades econômicas e a implantação de grandes projetos colocam em relação diferentes sujeitos, interesses e formas de apropriação do espaço. Esses conflitos não podem ser separados das desigualdades históricas analisadas por Loureiro (1985), pois os benefícios econômicos e os custos sociais desses processos não são distribuídos de maneira equivalente. Quando discursos sobre desenvolvimento apresentam somente seus possíveis ganhos econômicos, podem retirar do campo de visão as disputas territoriais, os deslocamentos populacionais e os impactos sobre modos de vida locais.

A oitava dimensão, "Amazônia como reserva ecológica do planeta", parece, em um

primeiro momento, opor-se à lógica da exploração. Entretanto, a leitura conjunta das dimensões mostra um ponto de aproximação, tanto a representação da Amazônia como reserva de recursos, quanto sua definição como patrimônio ecológico podem atribuir ao território uma função formulada externamente. Loureiro (2009) chama atenção para essa dupla condição da região, ora considerada estratégica por seus recursos, ora apresentada como patrimônio ambiental da humanidade. A diferença entre conservação e exploração permanece importante, mas ambas podem reduzir a participação dos sujeitos locais quando a Amazônia é pensada prioritariamente a partir da função que deve cumprir para outros grupos ou territórios.

A ideia da "Amazônia como região atrasada" prolonga essa discussão ao introduzir uma comparação entre diferentes formas de desenvolvimento. Quando determinado modelo econômico, social ou tecnológico é tomado como referência universal, modos de vida que não correspondem a ele podem ser classificados como atraso. A crítica de Leff (2006) à racionalidade dominante e a valorização de diferentes formas de conhecimento em Almeida (2017) ajudam a compreender os limites desse enquadramento. A diferença, nesse caso, passa a ser interpretada como deficiência, criando condições para que saberes, práticas e formas de organização próprias das populações amazônicas sejam desqualificados.

Esse processo também aparece na dimensão "Amazônia, os índios (sic) e a integridade do território nacional". Gonçalves (2008) chama atenção para representações nas quais os povos indígenas são inseridos em discursos sobre soberania, fronteiras e segurança territorial. Quando esses povos são apresentados apenas como obstáculo, ameaça ou problema nacional, suas próprias experiências, formas de pertencimento e conhecimentos sobre o território desaparecem do centro da interpretação. Kopenawa e Albert (2015) deslocam esse olhar ao apresentar os povos indígenas como sujeitos de conhecimento e como parte das relações que constituem a floresta, e não como elementos exteriores a ela.

Conforme o IPCC (2023), populações tradicionais em situação de maior vulnerabilidade tendem a enfrentar efeitos mais intensos das mudanças no regime de chuvas, períodos mais secos, aumento de temperatura e eventos extremos.

Diante de um cenário que já se impõe no tempo presente, o diálogo entre saberes contribui para a formulação de respostas ancoradas na experiência dos territórios, que fortalece práticas já existentes e potencializa a participação desses sujeitos nas decisões sobre o clima. Trata-se, portanto, de reconhecer que enfrentar a crise climática e a desinformação

sobre ela, exige escuta, articulação e construção conjunta de caminhos possíveis no agora.

Assim, articular essas dimensões da desinformação à confluência de saberes é compreender que a preservação da floresta e o enfrentamento à crise do clima dependem, necessariamente, da descolonização do pensamento. É no encontro respeitoso e sem hierarquias entre a ciência institucionalizada e os saberes da tradição que se constroem as bases para uma circulação da informação que seja, de fato, comprometida com a realidade e a sobrevivência da Amazônia e de quem habita nela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, grande parte das discussões que cercam a Amazônia encontra fundamento nessas dez dimensões apresentadas por Gonçalves (2008). A partir delas, é possível compreender como certas bases discursiva, como a Amazônia entendida como vazio demográfico, reserva de recursos, região atrasada ou patrimônio ecológico da humanidade, podem sustentar discursos desinformativos que minimizam a região ou a reduzem a uma imagem simplificada, desconsiderando a amplitude de seu território e sua pluralidade sociocultural, linguística e ambiental.

Outro aspecto recorrente nessas dimensões é a recorrência da questão econômica, uma vez que a Amazônia aparece constantemente associada à exploração de recursos naturais, à ocupação territorial e a projetos de desenvolvimento que privilegiam interesses econômicos em detrimento dos modos de vida locais. Nesse sentido, a questão econômica atravessa grande parte das representações discutidas por Gonçalves (2008).

Desse modo, este trabalho buscou aproximar essa leitura das construções históricas sobre a região ao debate sobre desinformação e discutir como é necessários o diálogo e a confluência de saberes para o enfrentamento de desinformações relacionadas à Amazônia, especialmente aquelas que invisibilizam seus povos, desconsideram seus conhecimentos e reduzem a floresta a um espaço de exploração econômica ou de conservação dissociado das populações que nela vivem. Espera-se, ainda, que estudos futuros possam ampliar essa discussão com a aplicação em exemplos práticos, como também incorporar outros autores para aprofundar este diálogo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. 2 ed. São Paulo: Livraria da Física, 2017.

ALMEIDA, Rodrigo da Silva; SILVA, Eddie Carlos Saraiva; INOMATA, Danielly Oliveira. Comunicação e competência em informação: relação interdisciplinar entre midiatização, consumo e desinformação. **BIBLOS**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande do Sul, v. 37, n. 2, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/255869 Acesso em: 22 set. 2025.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de "fake news": distinções, diagnóstico e reação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** […]. Londrina: ENANCIB, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219 Acesso em: 15 jun. 2026

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. São Paulo: Editora 247, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Mudança do Clima 2023**: relatório síntese. Brasília, DF: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf Acesso em: 15 jun. 2024.

INTERVOZES. **Relatório Amazônia Livre de Fake** [relatório]. Projeto Amazônia Livre de Fake. São Paulo: Intervozes, jun. 2024. Disponível em: https://amazonialivredefake.intervozes.org.br/#relatorio Acesso em: 11 set. 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras, 2000.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito Gv**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/623 Acesso em: 13 abr. 2025.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no Século XXI**: novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Caminhos e descaminhos da Amazônia em busca do desenvolvimento:** meio ambiente e justiça social. Manaus: Valer, 2023.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Capitalismo na Amazônia: utopia (e miséria) da ascensão social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 139-142, 1985. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/623 Acesso em: 15 set. 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

AGRADECIMENTOS OU FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.